Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 2.431/2022

De: Ricardo V. - SEC

Para: GABPRES - Gabinete da Presidência

Data: 11/04/2022 às 13:00:06

Setores (CC):

GABPRES, MD, DIR, GADM, GAB.RUDNEI, GAB.JUAREZ, GAB.FERNANDO, GAB.FABIANO, GABDAN, GABMAUR, GABCLÁUEDU, GABPAULO, GABCLAUOLI, GABMAICK, GABNAD, GABECIN, GABCLAUD, GAB.EDSON, GABEZEQ

Setores envolvidos:

GABPRES, MD, JUR, DIR, SEC, GADM, GAB.RUDNEI, GAB.JUAREZ, GAB.FERNANDO, GAB.FABIANO, CCJ, CFOFF, GABDAN, GABMAUR, GABCLÁUEDU, GABPAULO, GABCLAUOLI, GABMAICK, GABNAD, GABECIN, GABCLAUD, GAB.EDSON, GABEZEQ

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022 Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).

Documento de Origem:
Protocolo

Número:
141

Data da apresentação*:
11/04/2022

Regime de Tramitação*:
Ordinária

Em Tramitação?:
Sim

Status da Tramitação?:
Protocolada

Bom dia.

Encaminhamos, para análise e deliberação, Projeto de Lei do Poder Executivo, registrado com número SAPL 2431/2022.

O referido Projeto foi enviado pelo Poder Executivo via plataforma 1Doc, recebendo, automaticamente, protocolo 141/2022.

Abaixo, encaminhamos link para acesso ao protocolo citado, com a Mensagem ao Projeto e anexos,

Protocolo 141/2022 - PROJETO DE LEI - EXECUTIVO (Gabinete Do Prefeito)

CERTIFICA-SE que foram cumpridas as determinações regimentais estabelecidas, conforme itens listados abaixo:

1) Numeração realizada pelo sistema 1DOC;

2) Registro e Publicação no site da Câmara (SAPL);

3) Distribuição em avulso aos 13 (treze) vereadores em formato digital, sendo o presente despacho a comprovação de distribuição;

4) Realização de buscas no SAPL e nas Legislações Municipais (site "Leis Municipais"), conforme anexos.

Encaminha-se, portanto, à Presidência para deliberação.

Respeitosamente,

_

Ricardo Alexandre Vieira
Técnico Legislativo

Anexos:

Leis_de_Tijucas___SC_2_.pdf
PROJETO_DE_LEI_N_2431_2022_CONCESSAO_DE_DIREITO_REAL_DE_USO_DE_BEM_IMOVEL_A_AMA.pdf
SAPL_Sistema_de_Apoio_ao_Processo_Legislativo_2_.pdf



Tijucas (/legislacao-municipal/4456/leis-de-tijucas)

Resultados de pesquisa para

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022 Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).

0 atos encontrados na cidade de Tijucas

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022 Autoriza concessão d em Tijucas - SC Pesquisar Mais opções

Dica: A pesquisa é realizada na íntegra, por padrão. Para pesquisar na ementa ou outro tipo de busca, utilize a opção **Mais Opções**.



(http://www2.leismunicipais.com.br/pesquisanacional/?utm_source=Tijucas-SC&utm_medium=banner-horizontal-resultado-da-busca&utm_campaign=pesquisa-nacional-LM)

⇤ (/legislacao-municipal/4456/leis-de-tijucas?q=PROJETO+DE+LEI+N%C2%BA+2431%2F2022++Autoriza+concess%C3%A3o+de+direito+real+de+uso+de+bem+im%
Página Anterior (/legislacao-municipal/4456/leis-de-tijucas?q=PROJETO+DE+LEI+N%C2%BA+2431%2F2022++Autoriza+concess%C3%A3o+de+direito+real+de+uso+
Próxima Página (/legislacao-municipal/4456/leis-de-tijucas?q=PROJETO+DE+LEI+N%C2%BA+2431%2F2022++Autoriza+concess%C3%A3o+de+direito+real+de+uso+
⇥ (/legislacao-municipal/4456/leis-de-tijucas?q=PROJETO+DE+LEI+N%C2%BA+2431%2F2022++Autoriza+concess%C3%A3o+de+direito+real+de+uso+de+bem+im%

Todos os Direitos Reservados - LeisMunicipais ® | Liz Serviços Online Ltda.

MUNICÍPIO DE TIJUCAS
Gabinete do Prefeito
Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP nº 88.200-000
E-mail: gabineter@tijucas.sc.gov.br
Telefone: (48) 3263-8119

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022

Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA), entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.475.585/0001-82, funcionando em Tijucas, na Rua Alvina Simas Reis, s/nº, o direito real de uso de imóvel público municipal, identificado pela área de uso comunitário (institucional) 1, do Loteamento GND – MORADAS DO TIJUCAS, com área de 3.011,26 m² (três mil e onze metros e vinte e seis decímetros quadrados), medindo 106,56 m (cento e seis metros e cinquenta e seis centímetros) de frente, a OESTE, para a Rua “A”, 104,50 m (cento e quatro metros e cinquenta centímetros) nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lúcia da Silva Muller e Germano Felisbino, 28,79 m (vinte e oito metros e setenta e nove centímetros) do lado direito, ao NORTE, com a Rua “C”, e 28,85 m (vinte e oito metros e oitenta e cinco centímetros) do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07, registrado sob matricula nº 34.085, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas - SC.

Parágrafo único. O imóvel identificado no caput deste artigo fica desafetado de sua destinação original.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica, também, dispensado de proceder à licitação da concessão referida no artigo anterior, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Lei Orgânica do Município, em razão da concessionária ser uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de finalidade beneficente, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.855, de 13 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Nas condições desta Lei fica reconhecido o relevante interesse público na realização da concessão que ela trata.

Art. 3º A concessão de direito real de uso destina-se à construção da sede da concessionária, objetivando a instalação da entidade para desenvolvimento das finalidades e atividades previstas no estatuto.

Art. 4º Fica estipulado o prazo de 02 (dois) ano para a construção da sede da concessionária, contados a partir do ato da assinatura do termo de concessão de uso.

§ 1º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, desde que, a concessionária solicite com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termino do prazo.

§ 2º Havendo necessidade, as demais construções de interesse e uso da concessionária poderão ser construídas dentro do prazo da concessão ou da sua prorrogação.

§ 3º A concessão será automaticamente revogada, retornando o imóvel ao patrimônio do Município de Tijucas, caso os prazos estabelecidos no caput e § 1º deste artigo não sejam cumpridos.

Art. 5º O prazo da presente concessão de direito real de uso será de 50 (cinqüenta) anos, a título gratuito, podendo ser renovada pelo mesmo período, se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique.

Parágrafo Único. Expirado o prazo previsto no caput deste artigo e, não havendo interesse por parte da concessionária em renová-lo, o imóvel deverá retornar ao patrimônio do Município, independente de qualquer tipo de indenização pelas benfeitorias realizadas.

Art. 6º Acarretarão a rescisão do termo de concessão de direito real de uso, antes do seu termino, com imediata reversão ao Município, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os seguintes casos:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta a concessão de direito real de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público;

IV - extinção ou dissolução da entidade concessionária, ou alteração substancial da finalidade proposta;

V - por razões de interesse público;

VI - pelo não cumprimento por parte da concessionária das obrigações estipuladas nesta lei e/ou no instrumento de concessão de direito real de uso.

Art. 7º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei,

inclusive os de conservação, segurança, manutenção e sendo o caso os impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso, sem que haja nenhum custo ao erário público municipal.

Art. 8º Enquanto durar a concessão de direito real de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo Município de Tijucas, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo de outras medidas na forma de lei.

Art. 9º Findo o prazo da concessão ou ocorrendo à rescisão do contrato:

I - nenhuma indenização será devida à concessionária, a qualquer título, inclusive por benfeitorias realizadas no imóvel, as quais computar-se-ão incorporadas a ele;

II - o imóvel deverá ser devolvido nas mesmas condições em que foi recebido, com as incorporações das construções, respondendo na forma da lei, pelos prejuízos eventualmente causados.

Art. 10. A presente concessão de direito real de uso do imóvel será regularizada através de termo de concessão ou escritura pública, no qual deverão constar os encargos, direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 11. O Município de Tijucas poderá ser representado no ato formal da concessão de direito real de uso pelo titular da Procuradoria-Geral ou por quem for legalmente constituído.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 11 de abril de 2022.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

Câmara Municipal de Tijucas - SC
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Pesquisa Textual

Pesquisar

Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Ca

Em quais tipos de documento deseja pesquisar?

- [ ] Marcar/Desmarcar Todos

- [ ] Documentos Acessórios
- [ ] Matérias Legislativas
- [ ] Normas Jurídicas
- [ ] Sessões Plenárias

Pesquisar

Resultados - Foram encontrados 3 registros
Registros 1 a 3 de 3

Matéria Legislativa: PROJETO DE LEI - EXECUTIVO nº 2431 de 2022
PROJETO DE LEI Nº 2431/2022 Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).
Texto Original: Clique aqui

Matéria Legislativa: PROJETO DE LEI - LEGISLATIVO nº 84 de 2021
"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CASSAR O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS E POSTOS QUE REVENDEREM COMBUSTÍVEIS ADULTERADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
Texto Original: Clique aqui

Matéria Legislativa: PROJETO DE LEI - EXECUTIVO nº 2422 de 2021
Autoriza o Município de Tijucas a conceder subvenção social à Associação Casa Irmã Dulce na forma que especifica.
Texto Original: Clique aqui

Desenvolvido pelo Interlegis em software livre e aberto. Release: 3.1.162-RC20

Conteúdo e dados sob licença Creative Commons 4.0
Atribuir Fonte - Compartilhar Igual

Câmara Municipal de Tijucas - SC
Rua Coronel Büchelle, 181
CEP: 88200-000 | Telefone:
OpenAPI | Site | Fale Conosco

Protocolo 141/2022

De: Gabinete Do Prefeito

Para: GABPRES - Gabinete da Presidência

Data: 11/04/2022 às 11:58:35

Setores (CC):

SEC

Bom Dia!

Com os nosso cordiais cumprimentos, encaminhamos a esta conceituada Casa Legislativa, o Projeto de Lei Nº 2431/2022, que autoriza a concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal á Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas, SC, AMA; bem como os anexos descritos no Ofício Nº137 deste Gabinete.

Atenciosamente,

Leila dos Anjos Costa

Chefe de Gabinete

Anexos:

Alvara_AMA.pdf
Ata_Fundacao.pdf
Cadastro_Nacional.pdf
Estatuto.pdf
Lei_de_Utilidade_Publica.pdf
Matricula.pdf
Memorial_Descritivo_e_BCI.pdf
mensagem_ao_projeto_de_lei_n_2431_2022_Concessao_de_Uso_a_AMA.doc
oficio_n_137_2022_presidencia_da_camara_de_vereadores_encaminhado_projeto_de_lei_complementar_n_2431_2022_concessao_de_
PROJETO_DE_LEI_N_2431_2022_CONCESSAO_DE_DIREITO_REAL_DE_USO_DE_BEM_IMOVEL_A_AMA.doc

Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE FINANÇAS

EXERCÍCIO
2021

ALVARÁ

Nº 5992

DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

RAZÃO SOCIAL
Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC - AMA CNPJ: 43.475.485/0001-82

NOME FANTASIA
AMA

ENDEREÇO
Rua Alvina Simas Reis, S/N - Bairro Centro - CEP: 88200000

ATIVIDADES
Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente

CNPJ
43.475.485/0001-82

INSCRIÇÃO MUNICIPAL
10383

HORARIO DE FUNCIONAMENTO
Horário Comercial

INÍCIO DA ATIVIDADE
09/11/21 00:00

DATA EMISSÃO
Data: 12/11/2021 13h34min

VALIDADE DO ALVARÁ
31/12/2021

É OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DO ÁLVARA EM LOCAL VISÍVEL NO ESTABELICIMENTO

Válido somente com a comprovação do pagamento da Taxa do Exercício

CÓDIGO DE CONTROLE
CWJYGZWKTR30TOM0

RUA CORONEL BUCHELLE, 1 - CENTRO
Tijucas (SC) - CEP: 88200000 - Fone:4832638125

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE TIJUCAS – SANTA CATARINA

Aos vinte e sete de junho de dois mil e dezenove, às vinte horas, à Rua Manoel Luiz dos Santos, nº 800, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000, reuniram-se em assembleia, os senhores fundadores abaixo devidamente qualificados e assinados, com o intuito de criar uma associação sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de direito privado, de caráter educativo, cultural, recreativo, de assistência social, de saúde, científico, esportivo e representativo de pais e amigos das crianças autistas da cidade de Tijucas, SC. Para tanto, foi eleito por aclamação a Sra. Lucilene Simas Machado Campos, brasileira, solteira, professora, CPF n. 811.044.569-15, RG n. 2.346.049, residente e domiciliada na Rua Manoel Luiz dos Santos, 800, Centro, Tijucas/SC, para presidir os trabalhos, que escolheu a Sr. Marisa da Silva Vieira, brasileira, casada, empresária, CPF n. 060.017.749-19, RG n. 4.401.401, residente e domiciliada na Rua Mauri Afonso da Silva, 424, XV de novembro, Tijucas/SC, para secretariá-la. Com a palavra a Sr. Presidente enfatizou a necessidade de se constituir uma Associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes. Em seguida, submeteu à votação, proposta de denominação social e de endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade, ficando assim constituída a Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas (AMA), tratando-se de uma associação civil, sem fins econômicos e/ou lucrativos, com duração indeterminada, sede e foro na Rua Alvina Simas Reis, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000. Ainda com a palavra, a Sr. Presidente apresentou a todos o Estatuto da entidade a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado por unanimidade e segue em anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito. Em ato contínuo, a Sr. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretora e do Conselho Fiscal, conforme estipulado no Estatuto anteriormente aprovado, sendo assim, foram eleitos para um mandato de 04 (quatro) anos, a contar da presente data (27/06/2019) e finalizar em 27/06/2023, ficando assim estabelecido:

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Lucilene Simas Machado Campos, brasileira, solteira, professora, CPF n. 811.044.569-15, RG n. 2.346.049, residente e domiciliada na Rua Manoel Luiz dos Santos, 800, Centro, Tijucas/SC,

VICE-PRESIDENTE: Marisa da Silva Vieira, brasileira, casada, empresária, CPF n. 060.017.749-19, RG n. 4.401.401, residente e domiciliada na Rua Mauri Afonso da Silva, 424, XV de novembro, Tijucas/SC,

1ª SECRETÁRIA: Ana Paula Belletti, brasileira, solteira, farmacêutica, CPF n. 037.225.419-56, RG n. 4.195.865, residente e domiciliada na Av. Paineiras, 142, Universitário, Tijucas/SC,

1Doc: Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 2.431/2022 | Anexo: Estatuto.pdf (11/13) 10/71

2ª SECRETÁRIA: Édina Oleszenski, brasileira, casada, artesã, CPF n. 055.712.039-00, RG n. 4.011.977, residente e domiciliada na Rua Alvina Simas Reis, 395, Centro, Tijucas/SC,

1ª TESOUREIRA: Jaqueline Kovalski, brasileira, casada, empresária, CPF n. 007.951.259-33, RG n. 4.241.692, residente e domiciliada na Rua João Antônio Fagundes, 505, Universitário, Tijucas/SC,

2ª TESOUREIRA: Sônia Fátima Severgnini Arruda, brasileira, casada, empresária, CPF n. 044.312.299-73, RG n. 4.360.248, residente e domiciliada na Rua Neri Francisco Campos, 456, Centro, Tijucas/SC.

CONSELHO FISCAL:

1ª CONSELHEIRA: Adenir Correia de Oliveira, brasileira, casada, aposentada, inscrita no CPF n. 834.431.429-15, residente e domiciliado na Rua José Steil, 195, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000,

2ª CONSELHEIRA: Bianca Melo da Silva, brasileira, casada, supervisora financeira, inscrita no CPF n. 092.057.559-58, RG n. 5.601.604, residente e domiciliada na Rua Natália Amorim, 61, Bairro Areias, Tijucas/SC, CEP 88.200-000,

3ª CONSELHEIRA: Giovana Zonta, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF n. 773.960.909-97, RG n. 2.726.970, residente e domiciliada na Rua 13 de maio, n. 2657, Bairro Areias, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000;

1ª SUPLENTE: Rosane Ferreira Milhois, brasileiro, casado, agente comunitária de saúde, inscrita no CPF n. 057.587.589-57, RG n. 4.736.841, residente e domiciliada na Rua do Governo, 432, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000;

2ª SUPLENTE: Kelly Cristina Pereira da Silva, brasileira, casada, CPF n. 338.282.738-74, residente e domiciliada no Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000.

A chapa única apresentada foi eleita por unanimidade e tomam posse de seus cargos neste mesmo ato. Os integrantes que fazem parte da Diretoria e do Conselho Fiscal compõem o quadro de membros fundadores da associação.

Nada mais havendo a tratar, a Sr. Presidente declarou encerrada a reunião às 22:00 horas do que, para constar, foi lavrada esta ata, que lida, votada e aprovada, vai assinada por todos os presentes e pela advogada, Caroline Belletti, inscrito na OAB/SC 38.884, que acompanhou a fundação da mesma associação.

Tijucas/SC, 27 de junho de 2019.

DIRETORIA:

1Doc: Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 2.431/2022 | Anexo: Estatuto.pdf (12/13) 11/71

LUCILENE SIMAS MACHADO CAMPOS
PRESIDENTE

MARISA DA SILVA VIEIRA
VICE-PRESIDENTE

ANA PAULA BELLETTI
1º SECRETÁRIA

ÉDINA OLESZENSKI
2º SECRETÁRIA

JAQUELINA KOVALSKI
1º TESOUREIRA

SÔNIA FÁTIMA SEVERGNINI ARRUDA
2º TESOUREIRA

CONSELHO FISCAL:

ADENIR CORREIA DE OLIVEIRA
1º CONSELHEIRO

BIANCA MELO DA SILVA
2º CONSELHEIRA

GIOVANA ZONTA
3º CONSELHEIRA

ROSANE FERREIRA MILHOIS
1º SUPLENTE

1Doc: Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 2.431/2022 | Anexo: Estatuto.pdf (13/13) 12/71

KELLY CRISTINA PEREIRA DA SILVA
2º SUPLENTE

ADVOGADA:

CAROLINE BELLETTI
OAB/SC Nº 38.884

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
43.475.485/0001-82 MATRIZ		13/11/2019

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE TIJUCAS/SC - AMA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AMA	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ALVINA SIMAS REIS	SN	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
88.200-000	CENTRO	TIJUCAS	SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
TIJUCASAMA3@GMAIL.COM	(48) 9823-1558

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	13/11/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **10/09/2021** às **16:32:06** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA DE TIJUCAS - SC

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Art. 1º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas (AMA), fundada em 27/06/2019, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de direito privado, de caráter educativo, cultural, recreativo, de assistência social, de saúde, científico, esportivo e representativo, com sede na Rua Alvina Simas Reis, Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000, com foro na Comarca de Tijucas – SC.
Parágrafo único: A associação será regida por este Estatuto, pelos seus Regimentos Internos, pelo Código Civil de 2002 e Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

Art. 2º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas tem como área de abrangência o Município de Tijucas.
Parágrafo único. Poderão ser incluídos outros municípios na abrangência da entidade desde que devidamente aprovado pela assembleia geral, na forma deste Estatuto.

CAPÍTULO II
DA FINALIDADE

Art. 3º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas é uma associação civil, beneficente, sem fins lucrativos, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa, defesa, garantia, proteção e promoção dos direitos das pessoas com autismo, em consonância com a Lei n°. 8.742 de 07 de setembro de 1993, que dispõem sobre Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Lei n°. 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Resolução n°. 145 de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e ainda:
I - Atender pessoas com autismo, observando suas características, promovendo sua inclusão social, integrando-as na vida comunitária e de seus familiares;
II - Oferecer o serviço de atendimento educacional especializado às pessoas com autismo em idade escolar, com suporte técnico ao ensino regular onde estas estiverem matriculadas;
III - Oportunizar às pessoas com autismo espaço de convivência, por meio de atividades recreativas, educacionais, culturais, esportivas e de lazer;
IV - Habilitar a pessoa com autismo ao convívio social por meio de atividades de desempenho funcional e programas educacionais especializados;
V - Incentivar e promover a participação da comunidade local, das instituições públicas e privadas nas ações, programas e projetos voltados ao atendimento da pessoa com autismo, por meio de palestras informativas, visitas técnicas dirigidas na sede da instituição, programas de estágio com instituições acadêmicas ou instituições análogas, bem como fomentar o intercâmbio com outras instituições congêneres e profissionais especializados na área;
VI - Facilitar o acesso dos associados e de seus familiares aos serviços assistenciais do Município de residência do paciente, por meio de encaminhamento destes as respectivas instituições responsáveis pelo atendimento nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte, lazer e cultura;

VII - Estimular a ação de profissionais com especializações inerentes aos objetivos da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas;
VIII - Apresentar sugestões, bem como buscar recursos junto a órgãos estatais e privados, visando o amparo constitucional dos autistas no que tange ao cumprimento das leis existentes, servindo também como órgão de assessoramento;
IX - Elaborar programas de orientação visando o diagnóstico precoce dos Transtornos do Espectro do Autismo (TEA), através de propaganda e divulgação da temática junto à população em geral;
X - Prestar atendimento às pessoas com TEA, encaminhadas por profissionais da área da saúde e afins;
XI - Interagir junto às organizações de Saúde, Educação e Assistência Social para atendimento e tratamento, no sentido de facilitar o acesso de pessoas com TEA a tratamento especializado;
XII - Estimular a participação em seminários, congressos, pesquisas, estudos científicos e pedagógicos sobre autismo;
XIII - Estabelecer intercâmbio com outras instituições congêneres, instituições oficiais, não oficiais e/ou particulares;
XIV - A defesa judicial e/ou extrajudicial dos interesses e direitos protegidos dos associados e representados pela entidade;
XV - Desenvolver estudos e/ou pesquisas com a finalidade de por em prática os itens acima mencionados.

Art. 4º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC, para a consecução dos objetivos e fins a que se propõe, adota os seguintes princípios e diretrizes:
I - Não há, entre os beneficiários de seus serviços, qualquer discriminação de raça, sexo, cor, religião ou de qualquer outra ordem;
II - Todos os cargos de direção são exercidos gratuitamente e os associados não fazem jus, nessa condição, à remuneração de qualquer natureza;
III - Não há distribuição de lucros, dividendos, "pro labore" ou remuneração de qualquer natureza aos membros da diretoria e conselho fiscal da instituição;
IV - Todas as receitas e despesas são escrituradas regularmente, em livros devidamente registrados e revestidos das formalidades legais;
V - Na manutenção das finalidades e dos objetivos da entidade, todos os recursos são aplicados no território nacional.

Art. 5º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC manterá departamentos e/ou comissões na forma que dispuser o Regimento Interno.

Art. 6º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC reger-se-á pelo presente Estatuto, pelo Regimento Interno aprovado pela Diretoria e demais normas aplicáveis.

Art. 7º O presente estatuto poderá ser reformulado no tocante à administração, sempre que constatada a necessidade, a pedido da diretoria e/ou conselho fiscal, em Assembleia convocada para este fim específico.

CAPÍTULO III
DO QUADRO SOCIAL

SESSÃO I
DOS ASSOCIADOS

Art. 8º Poderão associar-se à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC as pessoas físicas e jurídicas domiciliadas em Tijucas, observado o parágrafo único do art. 2º deste Estatuto, que neles residam ou desenvolvam atividades e que concordem com o presente estatuto, dedicando-se às atividades objeto da entidade.
§1º No ato de ingresso o interessado deverá apresentar documentação cadastral completa e preencher e assinar a ficha de associado fornecida pela associação.
§2º Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas dívidas contraídas pela Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Tijucas/SC.

Art. 9º A Associação dos Amigos do Autista de Tijucas/SC mantém as seguintes categorias de Associados:
I - FUNDADORES – todos aqueles que participaram da organização da Assembleia de Fundação da entidade;
II - CONTRIBUINTES – Pessoas Físicas e/ou Jurídicas que contribuem financeiramente com a manutenção da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC, na forma do Regimento Interno e, na falta deste, na forma das deliberações dos órgãos administrativos;
III - BENEMÉRITOS – Pessoas Físicas e/ou Jurídicas, distinguidas por relevantes serviços prestados à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC ou por terem contribuído significativamente para a constituição institucional e patrimonial da Associação dos Amigos dos Autistas de Tijucas/SC.
§1º Poderão associar-se à entidade tantos quantos membros do mesmo grupo familiar.
§2º A pessoa jurídica que faça parte do quadro social da entidade indicará um membro de sua livre escolha, devidamente cadastrado na entidade, cabendo-lhe exercer as responsabilidades contidas neste estatuto, podendo inclusive votar e ser votado, considerando-se a personalidade física.

SESSÃO II
DA ADMISSÃO E DESLIGAMENTO

Art. 10º A admissão do associado dar-se-á por meio de proposta subscrita por um associado efetivo, no pleno gozo de seus direitos, sendo aprovada pelo Presidente, referendada pela Diretoria em reunião ordinária.

Art. 11º O desligamento do associado ocorrerá:
I - Por motivo de falecimento, de interdição sem existência de curatela ou tutela, de doença e por ausência, extinção e/ou falência, na forma da lei;
II - Voluntariamente, por requerimento escrito dirigido ao Presidente;
III - Compulsoriamente, por decisão da maioria absoluta da Diretoria, quando a conduta do associado constituir causa de perturbação ou descrédito para a Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC.
Parágrafo único: O associado que venha sofrer a sanção prevista no inciso III deste artigo poderá pedir reconsideração, sem efeito suspensivo, à Assembleia Geral, no prazo de 30 dias contados da ciência de sua exclusão.

SESSÃO III
DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 12º São direitos dos associados:
I - Participar das atividades promovidas pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC;

II - Tomar parte das assembleias gerais, discutir, propor e deliberar sobre todos os assuntos que dizem respeito à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC;
III - Propor medidas de interesse social e coletivo;
IV. - Votar e ser votado para os cargos da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC; ressalvado os casos em que tenha se associado depois de convocada a assembleia geral ou que tenha solicitado afastamento temporário da associação;
V - Convocar assembleia geral e extraordinária por no mínimo de 1/5 dos associados;
VI - Usar as instalações e materiais da associação para os fins a que se destina.

Art. 13º São deveres dos associados:
I - Participar das reuniões e assembleias da associação;
II - Não assumir compromissos materiais ou morais em nome da entidade, sem a expressa autorização da diretoria;
III - Cumprir e respeitar este Estatuto, o Regimento Interno, os regulamentos e as deliberações da Diretoria e da Assembleia Geral;
IV - Manter seu cadastro atualizado junto à Secretaria;
V - Pagar em dia a mensalidade da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC, no valor de R$ 20,00 (vinte reais) mensais, sob pena de não poder usufruir de seus direitos de associados, na forma do presente Estatuto;
VI - Cumprir fielmente os fins da instituição;
VII - Prestar à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC todo o apoio moral e material ao seu alcance, quer aceitando o cargo para o qual seja convocado ou o encargo que lhe for atribuído, quer propondo novos associados e colaboradores;
VIII - Atender às convocações da Assembleia Geral e de outros órgãos da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC quando destes fizer parte.

Art. 14º Serão excluídos do quadro social os associados que:
I - Deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Estatuto;
II - Deixarem de exercer as atividades e deixarem de residir na área delimitada;
III - Danificarem ou atentarem contra a moral e/ou patrimônio da entidade;
§ 1º Os sócios que deixarem de pertencer ao quadro social não poderão reclamar a restituição de qualquer contribuição que tenham feito à entidade.
§ 2º Para deliberar sobre a extinção de associados mencionados nos itens I e III, a comissão diretora designará comissão especial composta de 03 (três) membros, sendo um da comissão diretora, um do Conselho Fiscal e um associado que não faça parte da Comissão Diretora ou do Conselho Fiscal, e que, nenhum dos três membros tenha qualquer laço de parentesco com o associado em questão, para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, apresentar parecer sobre a responsabilidade ou não dos atos praticados pelo associado implicado, sendo garantido ao associado o direito de defesa e de recurso.
§ 3º Os associados que se julgarem prejudicados, poderão recorrer em primeira instância à Comissão Diretora e, em Segunda e última instância, à Assembleia Geral.
§ 4º Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.
§ 5º Podem propor a exclusão de qualquer associado a Diretoria, o Conselho Fiscal ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.

Art. 15º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC não distribui entre os associados, conselheiros, diretores ou doadores, eventuais excedentes operacionais, bruto ou líquido, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio

auferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplica integralmente na consecução do seu objeto social.
Parágrafo único: Os associados, conselheiros, diretores não serão remunerados.

SESSÃO IV
DA CONTRIBUIÇÃO

Art. 16º O associado contribui mensalmente com a mensalidade fixada em R$20,00 (vinte reais mensais) ou, a seu critério, com importância superior àquela.
§ 1º O valor da contribuição mensal será revisto a cada 2 (dois) anos, podendo ou não ser corrigido, a depender da conjuntura econômica da maioria dos associados.
§ 2º No caso de omissão da revisão, considerar-se-á como valor da mensalidade o que estiver vigente, até que seja feita a nova revisão.

Art. 17º Os associados que, por extrema escassez de recursos pecuniários, solicitarem por escrito, devidamente fundamentado e comprovado, dispensa da contribuição mensal ficarão isentos, a critério da Diretoria, até que sejam afastadas as razões que motivaram o pedido de isenção.
Parágrafo único. Os associados efetivos dispensados da contribuição financeira, conforme o disposto neste artigo, terão os mesmos direitos e deveres.

Art. 18º O associado efetivo que faltar ao pagamento de suas mensalidades por mais de seis meses, sem se utilizar da faculdade que lhe é outorgada pelo artigo anterior, será considerado renunciante aos seus direitos e terá, em consequência, o cadastro de associado cancelado, salvo quando a Diretoria conceder novo prazo.

CAPÍTULO III
DOS COLABORADORES

Art. 19º A Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC manterá um quadro de colaboradores efetivos e eventuais, formado por pessoas que, sem os direitos dos associados efetivos, queiram prestar assistência na consecução dos objetivos e finalidades da instituição.
§ 1º Entende-se como colaborador efetivo aquele que se inscreva para contribuir, de forma periódica e constante, com recursos financeiros, de conformidade com os critérios fixados pela Diretoria.
§ 2º Colaborador eventual é todo aquele que, ocasionalmente, auxilia, voluntária e gratuitamente, na realização das atividades da entidade.

Art. 20º São direitos e deveres dos colaboradores efetivos, além de outros dispostos no Regimento Interno:
I - Utilizar-se dos recursos físicos e materiais da entidade;
II - Assistir às reuniões públicas e participar de cursos e atividades doutrinárias e práticas promovidas pela Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC, conforme dispuser o Regimento Interno;
III - Recolher pontualmente a contribuição previamente acertada.
Parágrafo único: Aos colaboradores eventuais são assegurados os direitos constantes dos incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO IV
DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 21º O patrimônio da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC constitui-se de todos os bens móveis e imóveis que possui ou venha a possuir, adquiridos por compra, por doações de terceiros ou por outros meios legais, devendo ter registro contábil.

Art. 22º Os bens imóveis de propriedade da instituição não poderão ser vendidos, alienados ou gravados em hipoteca ou anticrese, no todo ou em parte, salvo se, mediante proposta submetida à Assembleia Geral, esta o aprovar, delegando poderes à Diretoria, que realizará a respectiva operação.
Parágrafo único: Os bens móveis poderão ser alienados, trocados ou doados pela Diretoria, que deverá registrar as operações, constando do relatório anual para ciência da Assembleia Geral.

Art. 23º Constituem fontes de recursos da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC:
I - Auxílios financeiros de qualquer origem, depois de ouvida a Assembleia Geral;
II - Contribuições financeiras oriundas de convênios, acordos ou contratos;
III - Subvenções e auxílios estabelecidos pelos poderes públicos;
IV - Rendas decorrentes da exploração de seus bens ou da prestação de serviços;
V - Contribuições espontâneas dos associados;
VI - Quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
VII - Venda de produtos e serviços realizados pela Associação de Pais e Amigos do Autistas de Tijucas/SC, tais como artesanatos, utensílios, móveis, bens oriundos de reciclagens e quaisquer outras atividades que proporcionem recursos para o atendimento de suas finalidades;
VIII - Prestação de serviço de diagnóstico diferencial de TEA prestados no município de Tijucas, observado o parágrafo único do art. 2º;
IX - Realização de eventos sociais como almoços e jantares beneficentes, festas solidárias, entre outros;
X - Organização de cursos de capacitação e prestação de consultoria e assessoria através do conhecimento especializado, objetivando oportunizar a divulgação do autismo junto à sociedade, orientando o atendimento especializado de crianças e de adolescentes com transtorno do espectro autista;
XI - Desenvolvimento de projetos sociais e técnicos que tenham por objetivo subsidiar as atividades da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC e com estes prover a manutenção dos serviços prestados ao Associado, familiares e dependentes.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Art. 24º São órgãos da administração da Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC:
I - Assembleia Geral;
II - Diretoria;
III - Conselho Fiscal.

SESSÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 25º A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da Associação dos Amigos do Autista de Tijucas/SC, tendo poderes dentro do limite da Lei e

deste Estatuto para tomar toda e qualquer decisão de interesse desta, sendo que as deliberações tomadas por ela vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 26º A assembleia geral será habitualmente convocada pelo presidente após aprovação em reunião ou por lista subscrita por 1/5 dos associados.
Art. 27º O quórum mínimo para a instalação da assembleia geral é de metade mais um dos associados em condições de votar na primeira convocação e, no mínimo, de 10 (dez) associados em condições de votar em segunda convocação, esta ocorrendo 30 (trinta) minutos depois da primeira convocação.
§1º O número de associados presentes em cada convocação será comprovado pela assinatura do livro de presença da assembleia geral.
§2º Constatada a falta de quórum mínimo no horário estabelecido no edital de convocação o presidente encerará o livro de presença mediante termo que contenha a declaração do número de associados presentes no horário do encerramento e da convocação correspondente, transcrevendo os dados para a respectiva ata e instalará a assembleia geral.

Art. 28º O edital de convocação da assembleia deverá conter:
I - A denominação da associação, seguido da expressão convocação para assembleia geral, ordinária ou extraordinária, conforme o caso;
II - A data e hora da reunião de cada convocação assim como o endereço do local de sua realização;
III - A sequência ordinal das convocações;
IV - O nome por extenso e a respectiva assinatura do responsável pela convocação;
V - O número de associados com direito a voto da data da convocação, para efeito de cálculo de quórum de instalação da assembleia geral;
VI - A pauta a ser deliberada na assembleia.

Art. 29º O edital será veiculado em um jornal impresso de circulação regional e em outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail).
§ 1º Assembleia Geral Ordinária deverá ser convocada com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência e a Assembleia Geral Extraordinária será convocada com no mínimo 3 (três) dias de antecedência.
§ 2º A assembleia geral será dirigida pelo presidente e auxiliada pelo secretário da associação.

Art. 30º É competência exclusiva da Assembleia:
I - Eleger a Diretoria e Conselho Fiscal;
II - Instalação do pleito eleitoral que elegerá a nova Diretoria e Conselho Fiscal;
III - A dissolução da associação com voto de pelo menos dois terços dos associados;
IV - Definir o valor da mensalidade ou anuidade;
V - Resolver quaisquer dúvidas que possam surgir na interpretação do disposto neste estatuto, bem como os casos omissos;
VI - Realizar trocas de experiências sobre atos ligados às finalidades da associação e definir prioridades desses atos;
VII - Aprovar o orçamento da associação;
VIII - Aprovar as modificações deste estatuto, em assembleia geral convocada para este único fim.
IX - Destituir os administradores;

§ 1º Para as deliberações a que se referem os incisos VIII e IX deste artigo é exigido deliberação da assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum será em primeira convocação de 50% mais 1 dos associados e, em segunda convocação, a realizar-se meia hora depois, com no mínimo 10 (dez) associados.
§ 2º O presente estatuto será reformulado mediante deliberação da maioria absoluta dos presentes na assembleia geral especialmente convocada para este fim, com pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência.

SESSÃO II
DA DIRETORIA

Art. 31º A Associação será administrada por uma Diretoria, eleita dentre os associados, com a seguinte composição:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III - Primeiro Secretário;
IV – Segundo Secretário;
V - Primeiro Tesoureiro;
VI – Segundo Tesoureiro.
§ 1º O mandato dos membros da Diretoria é de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.

Art. 32º Compete à Diretoria:
I - Dirigir e administrar a Associação, de acordo com as disposições legais, estatutárias e regimentais;
II - Desenvolver o programa de atividades da Associação;
III - Estabelecer os regulamentos e o Regimento Interno;
IV - Decidir sobre medidas administrativas;
V - Designar, entre seus membros, substitutos para os membros da diretoria em caso de impedimento temporário, quando não houver disposições estatutárias sobre o caso;
VI - Autorizar operações financeiras, até o limite estabelecido pela Assembleia Geral;
VII - Providenciar a execução de quaisquer obras, reparos ou consertos imprescindíveis às atividades normais da instituição;
VIII - Propor reforma do Estatuto à Assembleia Geral;
IX - Elaborar balancetes financeiros mensais e balanço anual;
X - Reformar o Regimento Interno quando julgar conveniente, observada a maioria absoluta de votos;
XI - Criar comissões, quando for necessário, para executar tarefas.

Art. 33º Compete ao Presidente:
I - Representar a instituição em juízo ou fora dele;
II - Coordenar todas as atividades da Associação de acordo com o presente Estatuto e demais normas;
III - Presidir as reuniões da Diretoria e convocar as Assembleias Gerais para reuniões ordinárias e extraordinárias previstas neste Estatuto, presidindo a todas, exceto as de prestações de contas e as de eleição dos membros da Diretoria;
IV - Assinar com o Secretário a documentação, a exemplo de ofícios, atas, correspondências da entidade;
V - Assinar com o Tesoureiro os documentos que se refiram à movimentação financeira;
VI - Elaborar relatórios anuais para aprovação da Assembleia Geral;
VII - Organizar a representação Associação junto aos órgãos correspondente e de interesse da Associação.

Art. 34º Compete ao Vice-Presidente:
I - Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições;
II - Convocar a Assembleia Geral, para preenchimento do cargo de Presidente, no caso de vacância, faltando mais de seis meses para o término do mandato presidencial.

Art. 35º Compete ao Primeiro Secretário:
I - Organizar e manter em ordem os serviços de secretaria;
II - Assessorar o Presidente durante as reuniões;
III - Redigir e encaminhar ao Presidente a correspondência de rotina a ser expedida, dentro de suas funções;
IV - Redigir a ata das reuniões da Diretoria e da Assembleia Geral;
V - Cientificar os interessados a respeito das reuniões convocadas pela Diretoria ou pelo Presidente;
VI - Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos eventuais, cumulativamente com suas funções;
VII - Assumir a presidência da Instituição, no impedimento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente.
VIII – promover e organizar as reuniões sociais;
IX – promover campanhas para admissão de sócios;
X – aprovar as admissões e demissões de associados, assinando com o Presidente, os respectivos documentos;
XI – encarregar-se de atividades de esporte e lazer;
XII – organizar cursos e palestras para os associados.

Art. 36º Compete ao Segundo Secretário:
I - Auxiliar o Primeiro Secretário no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições;

Art. 37º Compete ao Tesoureiro:
I - Manter em ordem todos os livros e material da tesouraria;
II - Assinar com o Presidente todos os documentos que representem valor, especialmente depósitos e retiradas em estabelecimentos bancários;
III - Efetuar, mediante comprovante, os pagamentos autorizados;
IV - Arrecadar quaisquer receitas, mediante recibo, depositando-as em estabelecimentos bancários escolhidos pela Diretoria;
V - Trazer rigorosamente em ordem e em dia, escriturados com clareza e precisão, os livros da Tesouraria;
VI - Apresentar o balanço patrimonial e a demonstração da receita e despesa de cada exercício para serem integrados ao Relatório Anual da Diretoria;
VII - Organizar os balancetes mensais e o balanço geral do ano social, a fim de ser apresentado juntamente com o relatório da Diretoria e o parecer do Conselho Fiscal à Assembleia Geral.

Art. 38º Compete ao Segundo Tesoureiro:
I - Auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o nos impedimentos eventuais, cumulativamente com as suas atribuições;

SESSÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Art. 39º O Conselho Fiscal é composto de 3 (três) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes, todos associados, eleitos e considerados empossados pela Assembleia Geral.
§1° O Conselho Fiscal poderá ser convocado, em caráter extraordinário, mediante deliberação da Diretoria ou por solicitação escrita de um dos membros efetivos do Conselho Fiscal dirigida ao Presidente.
§2° O mandato dos membros do Conselho Fiscal é de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos, isolada ou conjuntamente.
§ 3° O Conselho Fiscal elegerá entre seus membros titulares, o respectivo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 40º Compete ao Conselho Fiscal:
I - Dar parecer nos balancetes financeiros mensais e no balanço anual;
II - Impugnar as contas quando necessário, encaminhando para a Assembleia Geral para deliberação;
III - Reunir-se mensalmente ou quando julgar conveniente;
IV - Fiscalizar a gestão econômico-financeira da entidade;
V - Elaboração de parecer das contas da entidade, as quais deverão ser aprovadas em Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI
DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 41º A eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada no mês de abril, sendo de 04 (quatro) anos o mandato dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, na seguinte forma:
I - A Assembleia Geral que convocar as eleições elegerá a comissão eleitoral de 03 (três) membros, cabendo à mesma dirigir o processo eleitoral;
II - Não será permitido o voto por procuração;
III - Somente poderá votar o associado que estiver quite com a Tesouraria;
IV - Apurados os votos e resolvidas as impugnações, se houver, o Presidente da mesa proclamará os eleitos e a posse se dará de imediato, assumindo o exercício ao final da Assembleia Geral.

Art. 42º A convocação das eleições dar-se-á através de publicação de edital, com no mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, o qual será veiculado em um jornal impresso de circulação regional e publicado em outros meios digitais, garantindo-se a convocação pessoal dos associados por meio eletrônico (e-mail).
Parágrafo único: A forma de convocação deverá obrigatoriamente conter data, local e horário das novas eleições bem como o prazo para as inscrições das chapas.

Art. 43º As inscrições das chapas deverão ser feitas por escrito, até dez dias antes da eleição, observados os seguintes itens:
I - Não será permitido o registro de candidato, embora para cargos diferentes, em mais de uma chapa ou para mais de um cargo na mesma chapa;
II - No caso de duplicidade de nomes, prevalecerá a inscrição da chapa cujo registro tenha sido feito em primeiro lugar, indeferindo-se o registro da que vier em seguida, mas facultando-se a substituição do candidato no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas após a notificação para tanto;
III - O candidato não pode exercer cumulativamente cargos na Diretoria e Conselho Fiscal.

IV – Não será permitida a candidatura de mais de um membro do grupo familiar no mesmo pleito, seja para a diretoria e/ou conselho fiscal.
Parágrafo único: Poderão participar do processo eleitoral todos os associados regularmente inscritos com direito a voto, que será secreto e universal.
Art. 44º No caso de inscrição de apenas uma chapa, será adotado o sistema de voto por aclamação na assembleia geral.
Parágrafo único: Se a votação não for por aclamação, será adotada cédula, onde conste a relação nominal de todos os candidatos e os cargos a que concorrem ou o número e nome de inscrição da chapa, a critério da Comissão Eleitoral.

Art. 45º O resultado da votação será apurado imediatamente após a eleição, sendo que a Comissão eleitoral, depois de decididos eventuais recursos, empossará de imediato a diretoria eleita.

CAPÍTULO VII
DA DISSOLUÇÃO

Art. 46º A dissolução da associação dar-se-á somente por decisão da assembleia geral, especialmente convocada para este fim e com o quórum mínimo de dois terços de seus cadastrados.
Parágrafo único: No caso de dissolução da associação o seu patrimônio será doado a qualquer entidade com finalidades afins a critério da assembleia geral que deliberou pela dissolução.

Art. 47º Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, serão destinados à entidade de fins não econômicos congênere, preferencialmente localizada na mesma região, devendo ser deliberado pelos associados, ou à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.
Parágrafo único: Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Município, do Estado, do Distrito Federal ou da União.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 48º Os membros da associação, individual ou coletivamente, não se responsabilizarão solidariamente ou subsidiariamente pelos encargos que seus representantes constituírem.

Art. 49º Os casos omissos neste estatuto serão decididos pela diretoria, com recurso à Assembleia Geral.

Art. 50º O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, devendo a Diretoria providenciar o seu registro e publicação nos termos da Lei.

Art. 51º São sócios fundadores **Lucilene Simas Machado Campos**, brasileira, solteira, professora, CPF n. 811.044.569-15, RG n. 2.346.049, residente e domiciliada na Rua Manoel Luiz dos Santos, 800, Centro, Tijucas/SC, **Marisa da Silva Vieira**, brasileira, casada, empresária, CPF n. 060.017.749-19, RG n. 4.401.401, residente e domiciliada na Rua Mauri Afonso da Silva, 424, XV de novembro, Tijucas/SC, **Ana Paula Belletti**,

brasileira, solteira, farmacêutica, CPF n. 037.225.419-56, RG n. 4.195.865, residente e domiciliada na Av. Paineiras, 142, Universitário, Tijucas/SC, **Édina Oleszenski**, brasileira, casada, artesã, CPF n. 055.712.039-00, RG n. 4.011.977, residente e domiciliada na Rua Alvina Simas Reis, 395, Centro, Tijucas/SC, **Jaqueline Kovalski**, brasileira, casada, empresária, CPF n. 007.951.259-33, RG n. 4.241.692, residente e domiciliada na Rua João Antônio Fagundes, 505, Universitário, Tijucas/SC e **Sônia Fátima Severgnini Arruda**, brasileira, casada, emrpesária, CPF n. 044.312.299-73, RG n. 4.360.248, residente e domiciliada na Rua Neri Francisco Campos, 456, Centro, Tijucas/SC.

Art. 52º Compõem a Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos na primeira assembleia de fundação da Associação:

DIRETORIA:

PRESIDENTE: Lucilene Simas Machado Campos, brasileira, solteira, professora, CPF n. 811.044.569-15, RG n. 2.346.049, residente e domiciliada na Rua Manoel Luiz dos Santos, 800, Centro, Tijucas/SC,

VICE PRESIDENTE: Marisa da Silva Vieira, brasileira, casada, empresária, CPF n. 060.017.749-19, RG n. 4.401.401, residente e domiciliada na Rua Mauri Afonso da Silva, 424, XV de novembro, Tijucas/SC,

PRIMEIRA SECRETÁRIA: Ana Paula Belletti, brasileira, solteira, farmacêutica, CPF n. 037.225.419-56, RG n. 4.195.865, residente e domiciliada na Av. Paineiras, 142, Universitário, Tijucas/SC,

SEGUNDA SECRETÁRIA: Édina Oleszenski, brasileira, casada, artesã, CPF n. 055.712.039-00, RG n. 4.011.977, residente e domiciliada na Rua Alvina Simas Reis, 395, Centro, Tijucas/SC,

PRIMEIRA TESOUREIRA: Jaqueline Kovalski, brasileira, casada, empresária, CPF n. 007.951.259-33, RG n. 4.241.692, residente e domiciliada na Rua João Antônio Fagundes, 505, Universitário, Tijucas/SC,

SEGUNDA TESOUREIRA: Sônia Fátima Severgnini Arruda, brasileira, casada, empresária, CPF n. 044.312.299-73, RG n. 4.360.248, residente e domiciliada na Rua Neri Francisco Campos, 456, Centro, Tijucas/SC.

CONSELHO FISCAL:

1º CONSELHEIRA: Adenir Correia de Oliveira, brasileira, casada, aposentada, inscrita no CPF n. 834.431.429-15, residente e domiciliado na Rua José Steil, 195, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000,

2º CONSELHEIRA: Bianca Melo da Silva, brasileira, casada, supervisora financeira, inscrita no CPF n. 092.057.559-58, RG n. 5.601.604, residente e domiciliada na Rua Natália Amorim, 61, Bairro Areias, Tijucas/SC, CEP 88.200-000,

3º CONSELHEIRA: Giovana Zonta, brasileira, casada, comerciante, inscrita no CPF n. 773.960.909-97, RG n. 2.726.970, residente e domiciliado na Rua 13 de maio, n. 2657, Bairro Areias, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000;

1º SUPLENTE: Rosane Ferreira Milhois, brasileiro, casado, agente comunitária de saúde, inscrita no CPF n. 057.587.589-57, RG n. 4.736.841, residente e domiciliada na Rua do Governo, 432, Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP 88.200-000;

2º SUPLENTE: Kelly Cristina Pereira da Silva, brasileira, casada, CPF n. 338.282.738-74, residente e domiciliada no Bairro Centro, Tijucas/SC, CEP: 88.200-000.

Tijucas, 27 de junho de 2019.

Lucilene Simas Machado Campos
CPF n. 811.044.569-15

Caroline Belletti
Advogada OAB/SC n. 38.884

www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 2.885, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021.

Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação de Pais e Amigos do Autista - AMA Tijucas. S/C.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS EM EXERCICIO, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação de Pais e Amigos do Autista - AMA Tijucas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.475.485/0001-82 e, com sede na Rua Alvina Simas Reis, s/n - Bairro Centro - Município de Tijucas - SC.

Art. 2º Ficam concedidos todos os benefícios e direitos por força da declaração constante nesta Lei.

Art. 3º Para o devido controle e sob pena de revogação desta Lei, a entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal de Tijucas, até 30 de junho do exercício subseqüente, os seguintes documentos:

I - Relatório anual de atividade;

II - Declaração de que permanecem cumpridos os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver;

IV - Balancete contábil; e

V - Ficha cadastral atualizada.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

Origem: Projeto de Lei nº 080/2021
do Poder Legislativo Municipal

Tijucas (SC), 13 de dezembro de 2021.

SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Prefeito do Município de Tijucas em Exercício

Publicação oficial

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 13/12/2021

Utilizamos cookies para melhorar sua experiência neste Portal. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade

Continuar

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIJUCAS/SC
Municípios abrangidos: Tijucas e Canelinha
Ramon Martins Trajano - Oficial Titular
Rua 13 de Novembro, nº 314, Sala 07, Centro, CEP 88200-000, Tijucas/SC
Fone: (48) 3263-6370 - E-mail: atendimento@ritijucas.com.br
Site: ritijucas.com.br

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

CERTIFICO o inteiro teor da Matricula n. **34.085** do Livro 2 - Registro Geral, conforme imagem abaixo:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SANTA CATARINA - COMARCA DE TIJUCAS

Livro Nº2 | Registro Geral | **REGISTRO DE IMÓVEIS** | Ficha 1

Matrícula Nº 34.085 **Data 20 de Dezembro de 2010**

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL: **UM TERRENO URBANO** situado no Bairro XV de Novembro, nesta Cidade e Comarca de Tijucas-SC, representado pela **ÁREA DE USO COMUNITÁRIO 01** da planta do **"LOTEAMENTO GND - MORADAS DO TIJUCAS"**, com uma **área de 3.011,26m²** e medindo 104,56m de frente, a OESTE, para a RUA "A"; 104,40m nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lucia da Silva Muller e Germano Felisbino; 28,79m do lado direito, ao NORTE, com a Rua "C"; e, 28,85m do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07.
PROPRIETÁRIA: **GND CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Goitacaz, 591, Bairro Vila Assunção, Porto Alegre-RS, inscrita no CNPJ nº 03.769.806/0001-37.
REGISTROS ANTERIORES: R-7-M-29.681 livro 2-AH-5 fls. 107; R-2-M-31.675 livro 2-AR-5 fls. 101; e R-2-M-31.676 livro 2-AR-5 fls. 102, feitos aos 23 de novembro de 2006, unificados sob o nº33.600 livro 2, aos 14 de julho de 2010, e loteamento conforme o R-2-M-33.600, deste Ofício. O referido é verdade e dou fé. Anselmo Rocha de Oliveira - Oficial Substituto.

Anselmo Rocha de Oliveira

AV-1-M-34.085. Tijucas, 20 de dezembro de 2010. **ABERTURA DE MATRÍCULA** - Certifico que a presente matrícula foi aberta de acordo com o requerimento datado de 10 de agosto de 2010, assinado e formalizado, aqui arquivado. PROTOCOLO Nº54.959, de 15/10/2010. Emolumentos: R$4,75. O referido é verdade e dou fé. Anselmo Rocha de Oliveira - Oficial Substituto.

Anselmo Rocha de Oliveira

R-2-M-34.085. Tijucas, 20 de dezembro de 2010. TÍTULO: **Domínio Público** - Adquirente: **MUNICÍPIO DE TIJUCAS (FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL)**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Buchelle, nº01, nesta Cidade e Comarca, inscrito no CGC/MF sob o nº82.577.636/0001-65. Transmitente: **GND CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.**, qualificada na matrícula supra. FORMA DO TITULO: Requerimento datado de 10 de agosto de 2010, assinado e formalizado, aqui arquivado. OBJETO: O imóvel da matrícula (34.085) supra. VALOR: Não consta. CONDIÇÕES: Área de Uso Comunitário 01 da planta do Loteamento GND - Moradas do Tijucas. PROTOCOLO 54.959, de 15/10/2010. Emolumentos: Nihil. O referido é verdade e dou fé. Anselmo Rocha de Oliveira - Oficial Substituto.

Anselmo Rocha de Oliveira

Validade: 30 dias
Solicite sua certidão eletronicamente em www.registrodeimoveis.org.br
Documento assinado digitalmente por BEATRIZ CRISTINA COELHO TORRES (066.149.559-00)

1Doc: 30/71

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE TIJUCAS/SC
Municípios abrangidos: Tijucas e Canelinha
Ramon Martins Trajano - Oficial Titular
Rua 13 de Novembro, nº 314, Sala 07, Centro, CEP 88200-000, Tijucas/SC
Fone: (48) 3263-6370 - E-mail: atendimento@ritijucas.com.br
Site: ritijucas.com.br

Continuação da certidão da matrícula 34.085.

Tijucas/SC, 14 de março de 2022

Beatriz Cristina Coelho Torres - Escrevente

Emolumentos:	R$	Isento
Selos:	R$	0,00
Total:	R$	0,00

Poder Judiciário
Estado de Santa Catarina
Selo Digital de Fiscalização
Isento
GEB66324-AWF8
Confira os dados do ato em:
www.tjsc.jus.br/selo

MEMORIAL DESCRITIVO DO IMÓVEL PARA AMA

Descreve-se a planta topográfica para fins de processo de descrição de um imóvel urbano, identificado pelo imóvel da **Matrícula n° 34.085**, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, localizado à Rua A - Otávio Antônio Duarte, da Quadra 03, do Loteamento Moradas de Tijucas - GND, no bairro XV de Novembro, Tijucas/SC, de propriedade do **Município de Tijucas**, inscrito no CNPJ n° 82.577.636/0001-65, com endereço na rua Coronel Buchelle , nº 01, Bairro Centro, Tijucas/SC, tudo, conforme a descrição que segue:

- ✓ **Descrição da Área do Imóvel da Matrícula n° 34.085** - *Um terreno urbano, sem benfeitorias, situado do lado par da* Rua A - Otávio Antônio Duarte*, formado pela Área de Uso Comunitária 01,* ***da Quadra 03****, do* Loteamento Moradas de Tijucas - GND*, contido no cadastro imobiliário municipal sob inscrição n°: 01.02.037.0238.000.000, perfazendo uma área real de* ***3.011,26m²****, circunscrita por uma poligonal de perímetro, medindo* ***266,60m****, contendo as medidas e confrontações que seguem:*

  - Medindo 104,56m de frente, a OESTE, para a RUA "A" - Otávio Antônio Duarte; 104,40m nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lúcia da Silva Muller e Germano Felisbino; 28,79m do lado direito, ao NORTE, com a rua "C" – Rua Eulálio Andriani; e 28,85m do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07.

Estando o descritivo de acordo com o que está representado na planta e matrícula do imóvel.

Daniel H. C. C. Cardoso
Técnico agrimensor
CFT: 075768019-48

MEMORIAL DESCRITIVO DO IMÓVEL PARA AMA

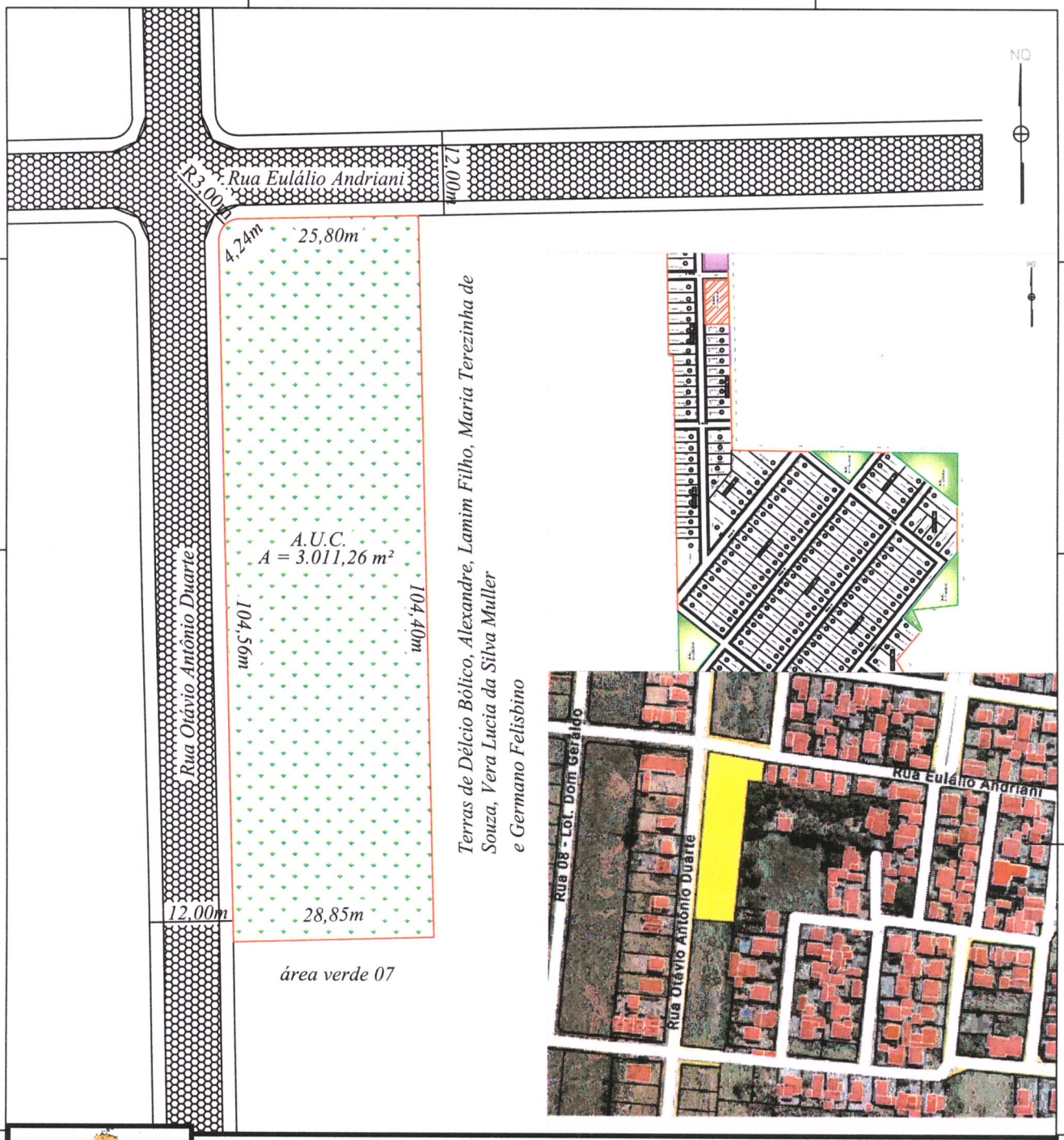
Descreve-se a planta topográfica para fins de processo de descrição de um imóvel urbano, identificado pelo imóvel da **Matrícula n° 34.085**, do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, localizado à Rua A - Otávio Antônio Duarte, da Quadra 03, do Loteamento Moradas de Tijucas - GND, no bairro XV de Novembro, Tijucas/SC, de propriedade do **Município de Tijucas**, inscrito no CNPJ n° 82.577.636/0001-65, com endereço na rua Coronel Buchelle , nº 01, Bairro Centro, Tijucas/SC, tudo, conforme a descrição que segue:

- ✓ **Descrição da Área do Imóvel da Matrícula n° 34.085** - *Um terreno urbano, sem benfeitorias, situado do lado par da* Rua A - Otávio Antônio Duarte*, formado pela Área de Uso Comunitária 01,* ***da Quadra 03****, do* Loteamento Moradas de Tijucas - GND*, contido no cadastro imobiliário municipal sob inscrição n°: 01.02.037.0238.000.000, perfazendo uma área real de* ***3.011,26m²****, circunscrita por uma poligonal de perímetro, medindo* ***266,60m****, contendo as medidas e confrontações que seguem:*

  - Medindo 104,56m de frente, a OESTE, para a RUA "A" - Otávio Antônio Duarte; 104,40m nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lúcia da Silva Muller e Germano Felisbino; 28,79m do lado direito, ao NORTE, com a rua "C" – Rua Eulálio Andriani; e 28,85m do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07.

Estando o descritivo de acordo com o que está representado na planta e matrícula do imóvel.

Daniel H. C. C. Cardoso
Técnico agrimensor
CFT: 075768019-48



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

SECRETARIA DE OBRAS

CONTEÚDO:

Planta Planimétrica

PROPRIETÁRIO/LOCAL:				RESPONSÁVEL TÉCNICO: Daniel H. C. Cardoso, Técnico agrimensor, CFT: 075768019-48	
PERÍMETRO: Indicadas	ÁREA: Indicadas		ESCALA: 1:850	REG. IMÓVEIS:	PRANCHA: Única
LEVANTAMENTO: Daniel	CÁLCULO E DESENHO: Daniel	TRT:	DATA: mar/2022	ARQUIVO: áreadeusocomunitario.dwg	



1 **Área de Uso Comunitário**
s/ escala



2 **Área de Uso Comunitário**
s/ escala

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
SECRETARIA DE OBRAS

ENDEREÇO: XV de Novembro - Tijucas/SC

REVISÃO: Loteamento GND - A. U. C. 01.

CONTEUDO: Planta Baixa

ESCALA:	UNIDADE:	DATA:	FOLHA:
s/ esc.	Metros	15.03.2022	02/02

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS
CNPJ: 82.577.636/0001-65

Jordan Campos Laus
CREA/SC 132565-9

ITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS

o de Registro das Opções do BCI referente ao Ano de 2022.

16729 **Inscrição Imobiliária:** 01.02.037.0238.000.000 **Cep:**

uinte: 3073 - Município de Tijucas **Bloco:**

ponsável: **Número:** s/n

10126 - Rua Otávio Antônio Duarte **Apto:**

ouro:

emento: Area Comunitária (AUC) - 01 **Lado:** Direito

minio: **Seção:**

ento: 10 - Moradas de Tijucas - GND **Lote:** AUC 01

2 - XV de Novembro **Quadra:** 03

CEP: 88.200-000 **Matrícula:** (0)

Responsáveis

m		Descrição	Abrevia
01	Limpeza publica	Sim	
01	Coleta de Lixo	Sim	
01	Iluminação Pública	Sim	
01	Pavimentação	Sim	
99	Valor M2 Terreno Atualizado (R$)		R$
02	Imóvel de Marinha	Não	
99	Valor M2 Terreno Básico (R$)		UFRM
15	Ocupação do Lote	Não Construido	
12	Patrimônio	Público	
17	Utilização do Terreno	Terreno sem uso	
22	Imune/Isento de IPTU	Imune	
20	TSU - Isenção	Sim	
24	Situação quadra	Esquina ou mais de uma frente	
13	Topografia	Plano	
37	Pedologia	Combinação	
99	Medida da Testada 1		
99	Medida da Testada 2		
99	Profundidade		
99	Area do Lote		
35	Tipo de Edificação	Terreno sem Uso	
04	Muro/Passeio	Sem muro/sem passeio	
10	Lançamento Englobado	Não	
02	Imune/Isento Taxas	Isento	
99	Fração Ideal		
99	Valor Venal Terreno		
99	Valor Venal Imóvel		
99	Minimo		
99	Teste Minimo		
99	Configuração		
01	Tipo de Condição do Contribuinte -IMOB	Tributário	

Registro de Opções do BCI: 30

Emitido por Juliana Silva Brasil

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 1- 2.431/2022

De: Maickon S. - GABPRES

Para: JUR - JURÍDICO

Data: 12/04/2022 às 09:21:38

Certifico que o Projeto de Lei 2431/2022 de autoria do Poder Executivo foi lido na sessão de 11/04/2022.

Encaminha-se projeto para parecer jurídico.

_

Maickon Campos Sgrott
VEREADOR

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Maickon Campos Sgrott	12/04/2022 09:21:50	1Doc	MAICKON CAMPOS SGROTT CPF 029.XXX.XXX-01

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **D73A-34B6-B0D6-9AB8**

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 2- 2.431/2022

De: Paulo A. - JUR

Para: GABPRES - Gabinete da Presidência

Data: 12/04/2022 às 11:33:31

segue parecer

_

Paulo Roberto Abdala
Procurador

Anexos:

PARECER_JURIDICO_projeto_2431_2022.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Paulo Roberto Abdala	12/04/2022 11:34:01	1Doc	PAULO ROBERTO ABDALA CPF 471.XXX.XXX-15

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **CF33-677C-4F6E-FF26**

CÂMARA DE VEREADORES DE TIJUCAS

Procuradoria-Geral

Referência: Projeto de Lei n. 2431/2022.
Origem/autoria: Poder Executivo.

Ementa: Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).

PARECER JURÍDICO.

Relatório.

Foi encaminhado a esta Procuradoria projeto de lei de origem do Executivo, que autoriza concessão de direito real de uso de imóvel pertencente ao Município de Tijucas, cuja descrição do imóvel se encontra no bojo do projeto.

Da proposta.

A autonomia municipal para gerir seu patrimônio está contida na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, garantido pelo art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil.

O patrimônio municipal será gerido segundo as conveniências e interesse da coletividade.

Sobre o tema, segue o magistério de Hely Lopes Meirelles:

O Município, como entidade estatal e pessoa jurídica, desde a sua formação recebe coisas corpóreas e incorpóreas; adquire direitos e contrai obrigações. Todo esse complexo de bens constitui o patrimônio público municipal, sujeito à Administração local, que regulará o seu uso e lhe dará a destinação adequada e, excepcionalmente, fará a alienação conveniente. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 2006. Pág. 298).

Na Lei Orgânica de Tijucas tem-se a seguinte disposição:

Art. 6º – É assegurado a todo habitante do Município, nos termos das Constituições da República Federativa do Brasil, do Estado de Santa Catarina e desta Lei Orgânica, o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao usufruto dos bens culturais, à segurança, à proteção à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado, cabendo ao Município exercer no âmbito de seu território: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2011)

(...)

XV - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

Assim, não resta dúvida quanto à autonomia do Município para gerir seu patrimônio, dentre eles, a alienação de seus bens, através de permuta, venda, doação, dação em pagamento e investidura.

Atualmente se recomenda que os Municípios e o próprio Estado, em situações semelhantes à apresentada, façam uso do instituto da concessão de direito real de uso de terrenos públicos, de forma a evitar a doação de imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Segundo Hely Lopes Meirelles, a concessão de direito real de uso "é o contrato pelo qual a Administração transfere o uso remunerado ou gratuito de terreno público a particular, como direito real resolúvel, para que dele se utilize em fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo ou qualquer outra exploração de interesse social" e o instituto "substitui vantajosamente a maioria das alienações de terrenos públicos, mormente quando feitas por venda ou doação incondicionada".

Ainda, conforme o autor, "Modernamente, a doação de terrenos públicos vem sendo substituída - e com vantagens - pela concessão de direito real de uso". (MEIRELLES, H. L. - Op. Cit. Pág. 315 e 321).

Neste diapasão, Petrônio Braz assevera que "As doações devem conter obrigatoriamente a cláusula de reversão em caso de desvio de finalidade, como garantia da prevalência do interesse públicos. É, todavia, aconselhável à Administração Pública adotar, em lugar da doação pura e simples, o instituto da concessão de direito real de uso, em atendimento ao princípio da moralidade". Também enfatiza que "A concessão do direito real de uso diferencia-se da dotação pura e simples porque o imóvel objeto da concessão reverterá à Administração concedente, se o concessionário ou até mesmos seus sucessores não lhe derem o uso prometido ou desviarem-no de sua finalidades". (BRAZ, Petrônio.Direito Municipal na Constituição: Doutrina, Prática, Legislação. 6 ed. Leme: J. H. Mizuno, 2006. Pág. 142).

Está no Prejulgado do TCE/SC 0969, mudando-se o que deve ser mudado:

Quando os incentivos para instalações de empreendimentos nos municípios envolvem a disponibilização de bens imóveis públicos (terrenos) a particulares (pessoas físicas ou jurídicas), deve-se privilegiar o emprego do instituto da concessão do direito real de uso, por melhor resguardar o interesse e o patrimônio público, mediante lei autorizativa, onde também disponha sobre as condições da concessão, inclusive sobre o vínculo às atividades para as quais houve a concessão e prevendo a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão, ou quando não mais sejam atendidas as condições da concessão, devendo estar demonstrado o interesse público. Deve-se evitar a doação de imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Desta forma, denota-se que o posicionamento daquele Tribunal - quando o incentivo envolver a disponibilização de bens imóveis públicos

(terrenos) a particulares (pessoas físicas ou jurídicas) - é recomendar o emprego do instituto da concessão do direito real de uso, por melhor resguardar o interesse e o patrimônio público, mediante lei autorizativa, onde também disponha sobre as condições da concessão, inclusive sobre o vínculo às atividades para as quais houve a concessão, prevendo a reversão do bem para o Município após o transcurso do prazo da concessão ou quando não mais sejam atendidas as condições da concessão, devendo estar demonstrado o interesse público, evitando-se a doação de bens imóveis públicos a particulares, por não atender aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.

Como se vê, o entendimento exposado é recomendativo, não impedindo, portanto, que o Município se utilize do instituto da doação de bens imóveis públicos, prevista no inciso I do art. 17 da Lei n° 8.666/93**:**

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas *f*, *h* e *i*; (Redação dada pela Lei n 11.952, de 2009);

(...)

Ressalta-se que a exigência da parte final da alínea 'b' do inciso I do art. 17, referente à doação exclusiva para outro órgão ou entidade da administração pública, não mais prevalece para os Estados, Distrito Federal e Municípios desde 03/11/03, em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da ADIN n. 927-3, promovida pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Desta forma, até julgamento definitivo pelo Excelso Pretório, referida exigência só é válida para a União Federal, podendo os demais entes proceder a doação de terrenos públicos à particulares, sendo que, a análise do mérito na referida ADIN estava prevista para a sessão presencial do Plenário em 25.2.2021, mas foi retirada pelo Presidente, sem previsão de nova data.

Ademais, está na Lei Orgânica de Tijucas:

Art. 10. O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública, conforme legislação federal.

§ 1º A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

Como atrás aduzido a Corte de Contas de Santa Catarina e a Lei Orgânica de Tijucas recomendam a utilização da concessão de direito real de suo como instrumento para incentivar políticas de desenvolvimento econômico e social nos municípios.

Da Competência, Iniciativa.

À espécie, a iniciativa é privativamente do Prefeito, consoante artigo 82, inciso IX, da Lei Orgânica de Tijucas.

Das Comissões Legislativas Permanentes

Ressalta-se que a proposição em comento deve ser submetida ao crivo Comissão de Constituição e Justiça, na forma do artigo 56, *caput*, inciso VI, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, de acordo com o artigo 57, V, todos do Regimento Interno (RI).

Conclusões.

Diante do exposto, esta Procuradoria opina pela viabilidade do Projeto de Lei Ordinária n. 2431/2022, de origem do Poder Executivo, pelos motivos atrás aduzidos.

Remeta-se à Comissão de Constituição e Justiça, na forma do artigo 56, *caput*, inciso VI, à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, de acordo com o artigo 57, V, todos do Regimento Interno (RI).

Ressalte-se que o mérito cabe ao Plenário decidir, respeitando-se as formalidades legais e regimentais.

É o parecer.

Tijucas, SC, 12 de abril de 2022.

Paulo Roberto Abdala – oab/SC 13516.

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 3- 2.431/2022

De: Maickon S. - GABPRES

Para: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Data: 12/04/2022 às 12:38:38

Segue parecer jurídico.

Remeta-se à **Comissão de Constituição e Justiça**, na forma do artigo 56, caput, inciso VI, à **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira**, de acordo com o artigo 57, V, todos do Regimento Interno (RI)

_

Maickon Campos Sgrott
VEREADOR

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Maickon Campos Sgrott	12/04/2022 12:38:49	1Doc	MAICKON CAMPOS SGROTT CPF 029.XXX.XXX-01

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **6B5F-BAF7-17D6-2A5E**

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 4- 2.431/2022

De: Ricardo V. - SEC

Para: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Data: 12/04/2022 às 13:03:01

Setores (CC):

GABPRES, MD, CCJ

Protocolo 144/2022 - PROJETO DE LEI - EXECUTIVO (Gabinete Do Prefeito)

Anexo, em PDF, o Oficio, a Mensagem e o Projeto de Lei nº 2431/2022.

Os demais anexos foram enviados ontem, sob Protocolo nº141/2022.

Atenciosamente,

Leila dos Anjos Costa

Chefe de Gabinete

_

Ricardo Alexandre Vieira
Técnico Legislativo

Protocolo 144/2022

De: Gabinete Do Prefeito

Para: GABPRES - Gabinete da Presidência

Data: 12/04/2022 às 12:02:15

Setores (CC):

SEC

Bom Dia!

Anexo, em PDF, o Oficio, a Mensagem e o Projeto de Lei nº 2431/2022.

Os demais anexos foram enviados ontem, sob Protocolo nº141/2022.

Atenciosamente,

Leila dos Anjos Costa

Chefe de Gabinete

Anexos:

Mensagem_Assinatura_2_.pdf
Oficio_137_2_.pdf
Projeto_Assinatura_2_.pdf

MUNICÍPIO DE TIJUCAS
Gabinete do Prefeito
Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP nº 88.200-000
E-mail: gabinete@tijucas.sc.gov.br
Telefone: (48) 3263-8119

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 2431/2022

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

Submetemos a essa Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA), entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.475.585/0001-82, funcionando em Tijucas, na Rua Alvina Simas Reis, s/nº, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.855, de 13 de dezembro de 2021.

A concessão de direito real de uso de imóvel público municipal, refere-se ao imóvel de propriedade do Município de Tijucas, identificado pela área de uso comunitário (institucional) 1, do Loteamento GND – MORADAS DO TIJUCAS, com área de 3.011,26 m² (três mil e onze metros e vinte e seis decímetros quadrados), medindo 106,56 m (cento e seis metros e cinquenta e seis centímetros) de frente, a OESTE, para a Rua "A", 104,50 m (cento e quatro metros e cinquenta centímetros) nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lúcia da Silva Muller e Germano Felisbino, 28,79 m (vinte e oito metros e setenta e nove centímetros) do lado direito, ao NORTE, com a Rua "C", e 28,85 m (vinte e oito metros e oitenta e cinco centímetros) do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07, registrado sob matricula nº 34.085, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas – SC, com a finalidade da construção da da sua sede, objetivando a instalação da entidade para desenvolvimento das finalidades e atividades previstas no estatuto.

Como a maioria dos senhores tem conhecimento, Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA) surgiu a partir de um grupo de mães de autistas que, sabendo de suas necessidades e de mais 100 (cem) outras famílias deste Município, que necessitam de um atendimento especializado para seus filhos, entraram em contato com esta Administração objetivo a doação de um imóvel para a construção de um espaço aos autistas de 2 a 33 anos, para que

1Doc: 46/71

possam ter e garantir o direito de tratamento especializado por terapeutas capacitados na área do autismo, desde a intervenção precoce até sua autonomia.

A AMA tem por objetivo buscar por meios de convênios e parcerias atendimento clínico, oferecido através de uma equipe multidisciplinar composta de psicopedagogo, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, educador físico, músicoterapeuta, entre outros, para contribuir para o desenvolvimento infantil, autonomia, habilidades desde a interação, comportamento, comunicação, reconhecimento do mundo, assim como na promoção da saúde, processo de habilitação e reabilitação, qualidade de vida, bem estar e inclusão escolar.

O projeto de construção no imóvel prevê a instalações de salas individuais para cada profissional fazer o atendimento, parque para as atividades externas, jardim sensorial, quadra de atividades, cozinha para os profissionais ensinar receitas básicas e para oferecer lanches para as crianças, além de outros cômodos específicos (banheiros e sala de administração).

Isso posto, enviamos o presente Projeto de Lei para que seja levado à apreciação dos vereadores integrantes dessa Casa Legislativa, na certeza de que após regular tramitação, será deliberado e aprovado na devida forma regimental.

Tijucas (SC), 11 de abril de 2022.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

MUNICÍPIO DE TIJUCAS
Gabinete do Prefeito
Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP nº 88.200-000
E-mail: gabinete@tijucas.sc.gov.br
Telefone: (48) 3263-8119

Ofício 137/GAB/2022

Tijucas (SC), 11 de abril de 2022.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Maickon Campos Sgrott
Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Tijucas
Nesta

Senhor Presidente,

Servimo-nos do presente para encaminhar-lhe em anexo cópia do projeto de lei nº 2431/2022, que autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA), acompanhado da respectiva mensagem, da cópia do alvará municipal para localização e funcionamento da AMA, da cópia da ata de nomeação da Diretoria da AMA, da cópia do Estatuto da AMA, da certidão da matricula nº 34.085, da cópia do cadastro nacional de pessoa jurídica da AMA, do memorial descritivo do imóvel destinado à concessão, da planta da localização do imóvel objeto da concessão, da cópia do BCI do imóvel da concessão, da cópia da Lei Municipal nº 2.885, de 2021, que declara de utilidade pública municipal a AMA, para a devida análise e aprovação na forma regimental.

Sem mais para o momento, aproveitamos da oportunidade para enviar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

MUNICÍPIO DE TIJUCAS
Gabinete do Prefeito
Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP nº 88.200-000
E-mail: gabineter@tijucas.sc.gov.br
Telefone: (48) 3263-8119

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022

Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA), entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.475.585/0001-82, funcionando em Tijucas, na Rua Alvina Simas Reis, s/nº, o direito real de uso de imóvel público municipal, identificado pela área de uso comunitário (institucional) 1, do Loteamento GND – MORADAS DO TIJUCAS, com área de 3.011,26 m² (três mil e onze metros e vinte e seis decímetros quadrados), medindo 106,56 m (cento e seis metros e cinquenta e seis centímetros) de frente, a OESTE, para a Rua "A", 104,50 m (cento e quatro metros e cinquenta centímetros) nos fundos, a LESTE, com terras de Délcio Bólico, Alexandre Lamim Filho, Maria Terezinha de Souza, Vera Lúcia da Silva Muller e Germano Felisbino, 28,79 m (vinte e oito metros e setenta e nove centímetros) do lado direito, ao NORTE, com a Rua "C", e 28,85 m (vinte e oito metros e oitenta e cinco centímetros) do lado esquerdo, ao SUL, com a Área Verde 07, registrado sob matricula nº 34.085, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas - SC.

Parágrafo único. O imóvel identificado no caput deste artigo fica desafetado de sua destinação original.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica, também, dispensado de proceder à licitação da concessão referida no artigo anterior, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Lei Orgânica do Município, em razão da concessionária ser uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de finalidade beneficente, reconhecida de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.855, de 13 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. Nas condições desta Lei fica reconhecido o relevante interesse público na realização da concessão que ela trata.

Art. 3º A concessão de direito real de uso destina-se à construção da sede da concessionária, objetivando a instalação da entidade para desenvolvimento das finalidades e atividades previstas no estatuto.

Rua Coronel Büchelle, nº 01, Centro, Tijucas, Santa Catarina, CEP nº 88.200-000
E-mail: gabineter@tijucas.sc.gov.br
Telefone: (48) 3263-8119

Art. 4º Fica estipulado o prazo de 02 (dois) ano para a construção da sede da concessionária, contados a partir do ato da assinatura do termo de concessão de uso.

§ 1º O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado por igual período, desde que, a concessionária solicite com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termino do prazo.

§ 2º Havendo necessidade, as demais construções de interesse e uso da concessionária poderão ser construídas dentro do prazo da concessão ou da sua prorrogação.

§ 3º A concessão será automaticamente revogada, retornando o imóvel ao patrimônio do Município de Tijucas, caso os prazos estabelecidos no caput e § 1º deste artigo não sejam cumpridos.

Art. 5º O prazo da presente concessão de direito real de uso será de 50 (cinqüenta) anos, a título gratuito, podendo ser renovada pelo mesmo período, se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique.

Parágrafo Único. Expirado o prazo previsto no caput deste artigo e, não havendo interesse por parte da concessionária em renová-lo, o imóvel deverá retornar ao patrimônio do Município, independente de qualquer tipo de indenização pelas benfeitorias realizadas.

Art. 6º Acarretarão a rescisão do termo de concessão de direito real de uso, antes do seu termino, com imediata reversão ao Município, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, os seguintes casos:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta a concessão de direito real de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público;

IV - extinção ou dissolução da entidade concessionária, ou alteração substancial da finalidade proposta;

V - por razões de interesse público;

VI - pelo não cumprimento por parte da concessionária das obrigações estipuladas nesta lei e/ou no instrumento de concessão de direito real de uso.

Art. 7º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, obras e riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei,

inclusive os de conservação, segurança, manutenção e sendo o caso os impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de direito real de uso, sem que haja nenhum custo ao erário público municipal.

Art. 8º Enquanto durar a concessão de direito real de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo Município de Tijucas, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo de outras medidas na forma de lei.

Art. 9º Findo o prazo da concessão ou ocorrendo à rescisão do contrato:

I - nenhuma indenização será devida à concessionária, a qualquer título, inclusive por benfeitorias realizadas no imóvel, as quais computar-se-ão incorporadas a ele;

II - o imóvel deverá ser devolvido nas mesmas condições em que foi recebido, com as incorporações das construções, respondendo na forma da lei, pelos prejuízos eventualmente causados.

Art. 10. A presente concessão de direito real de uso do imóvel será regularizada através de termo de concessão ou escritura pública, no qual deverão constar os encargos, direitos e obrigações da concedente e da concessionária.

Art. 11. O Município de Tijucas poderá ser representado no ato formal da concessão de direito real de uso pelo titular da Procuradoria-Geral ou por quem for legalmente constituído.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 11 de abril de 2022.

Elói Mariano Rocha
Prefeito do Município

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 5- 2.431/2022

De: Claudemir C. - CCJ

Para: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Data: 19/04/2022 às 09:31:36

Encaminha-se o Projeto de Lei Nº 2431/2022 ao Vereador Cláudio Eduardo de Souza para a Relator ia do mesmo.

Atenciosamente,

–

Claudemir Correia
Vereador

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 6- 2.431/2022

De: Cláudio S. - CCJ

Para: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Data: 19/04/2022 às 10:33:38

Bom dia.

Segue parecer do relator na CCJ.

–

Cláudio Eduardo de Souza
Vereador

Anexos:

Parecer_do_Relator_na_CCJ_PL_2431_2022.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Cláudio Eduardo de Souza	19/04/2022 10:34:06	1Doc	CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA CPF 062.XXX.XXX-59
Ecio Helio de Melo	19/04/2022 11:23:50	1Doc	ECIO HELIO DE MELO CPF 476.XXX.XXX-00
Claudemir Correia	19/04/2022 11:43:52	1Doc	CLAUDEMIR CORREIA CPF 022.XXX.XXX-08

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **6F39-F792-79FB-4A8E**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Claudemir Correia Presidente
Écio Helio de Melo – Secretário
Cláudio Eduardo de Souza – Membro

PARECER Nº /2022

PROJETO DE LEI Nº 2431/2022

EMENTA: AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA (AMA) DE TIJUCAS – SANTA CATARINA.

CERTIFICO para os devidos fins que, no dia 14 de abril de 2022, por despacho, o Presidente de Constituição e Justiça (CCJ) Vereador Claudemir Correia, designou o Vereador Cláudio Eduardo de Souza para a relatoria do Projeto de Lei nº 2431 de 2022.

De acordo com o artigo 111 do Regimento Interno desta Casa, passa-se a análise da proposição, conforme segue:

> O Parecer, por escrito constará de três partes:
> I – relatório, em que se fará exposição circunstanciada da matem em exame;
> II – voto do relator, em termos objetivos com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial, da matéria, ou sobre a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;
> III – parecer da comissão, com as conclusões desta e a indicações dos vereadores votantes com respetivos votos.
> § 1º. O parecer à emenda poderá dispensar o relatório.
> § 2º. O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo para o fim de ser devidamente redigido.

I – DO RELATÓRIO:

Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, para emissão de parecer, ao Projeto de Lei nº 2431/2022. A matéria em análise tramita nesta Casa por iniciativa do Poder Executivo municipal e AUTORIZA CONCESSÃO DE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO AUTISTA (AMA) DE TIJUCAS – SANTA CATARINA.

O Projeto encontra-se nesta Comissão em atendimento às normas regimentais que disciplinam sua tramitação, para que seja emitido parecer sobre sua legalidade, constitucionalidade e conteúdo gramatical, conforme artigo 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal:

> A Comissão de Constituição e Justiça tem como competência especifica opinar e emitir parecer sobre o aspecto constitucional, legal e regimental das proposições, bem como analisá-las quanto ao conteúdo gramatical, ressalvadas as que, explicitamente tiverem outros destinos, segundo este regimento.

É o relatório.

II- DA ANÁLISE:

O projeto preenche os requisitos da constitucionalidade, conforme preconiza a Constituição Federal no seu artigo 30, inciso I. A Constituição do Estado de Santa Catarina também reproduziu essa regra, veja-se:

> Art. 112. Compete ao Município:
>
> I - legislar sobre assuntos de interesse local;
>
> II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

Em relação à iniciativa, verifica-se estar adequada, pois o Projeto está assegurado pelo Art.87, do Regimento Interno de Tijucas, conforme segue:

> **Art. 87**. Os projetos compreendem:
> **I** - Os projetos de lei, destinados a regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito Municipal;
> **II** - Os projetos de lei complementar, destinados a regular matéria constitucional;
> **III** - Os projetos de lei delegada, que se destinam a delegação de competência;
> **IV** - Os projetos de decreto legislativo, destinados a regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Prefeito Municipal;
> **V** - Os projetos de resolução, destinados a regular, com eficácia de lei ordinária, matéria da competência privativa da Câmara Municipal, e os de caráter político, processual legislativo ou administrativo, ou quando a Câmara deva se pronunciar em casos concretos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sobre a matéria, destaca-se que o projeto visa regulamentar a concessão de terreno para a construção de sede da AMA Tijucas, que tem por principal objetivo dar assistência a pessoas com autismo e seus familiares, estabelecendo prazo para a construção da sede e prazo para o uso do imóvel, podendo ser prorrogado, conforme justificativas plausíveis.

Acerca da legalidade, o art. 37, da Constituição federal prevê:

> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:
> (...)
> § 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Em relação ao conteúdo gramatical, o texto está de acordo com as normas padrões.

O Projeto de Lei atende aos elementos básicos necessários para a livre tramitação da proposição, conforme Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria do Legislativo municipal.

É o parecer.

III – DO VOTO DO RELATOR:

Em face do supra exposto, não encontrando afronta aos princípios constitucionais, o parecer deste relator é pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2431/2022, para votação em Plenário.

Sala das comissões, 19 de abril de 2022.

Cláudio Eduardo de Souza
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER DA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI 2431/2022:

Claudemir Correia
Presidente
(x) De acordo
( ) Desacordo
( ) abstenção

Écio Helio de Melo
Secretário
(x) De acordo
( ) Desacordo
( ) Abstenção

Cláudio Eduardo de Souza
Membro
(x) De acordo
( ) Desacordo
( ) Abstenção

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 7- 2.431/2022

De: Claudemir C. - CCJ

Para: CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Data: 25/04/2022 às 09:37:16

Segue em anexo a ATA da reunião

_

Claudemir Correia
Vereador

Anexos:

ata_reuniao_ccj_19_04_22.doc
ata_reuniao_ccj_19_04_22.pdf

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Ata-2022

Às dez horas do dia dezenove do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os Membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), composta pelos Senhores Vereadores ÉCIO HÉLIO DE MELO, CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA, CLAUDEMIR CORREIA, presidida pelo Senhor Presidente CLAUDEMIR CORREIA, todos com o objetivo de discutir acerca dos Projetos pendentes, primeiramente o Projeto de Lei n. 2431/2022 de autoria do Poder Executivo com a seguinte ementa: "**Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA)**". O Presidente da Comissão, dese guinou a função de Relator ao Vereador CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA, colocou em discussão o Parecer ao Projeto de Lei n. 2431/2022, sendo aprovado por unanimidade por todos os membros da Comissão . Em seguida foi colocado em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei n. 008/2022 de autoria do Poder Legislativo com a ementa: "**INSTITUÍ O DIA 06 DE DEZEMBRO COMO O DIA MUNICIPAL DE MOBILIZAÇÃO DOS HOMENS PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES – CAMPANHA LAÇO BRANCO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**. O Presidente da Comissão designado como Relator o Vereador CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA . Colocado em discussão o Parecer, obtendo aprovação favorável, por unanimidade, pelos Membros da Comissão . Dando continuidade a reunião, foi colocado em discussão e votação o parecer do Projeto de Lei n. 002/2022 de autoria do Poder Executivo com a ementa: "**Dispõe sobre a organização da Política Municipal de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS do Município de Tijucas e dá outras providências.** O Presidente da Comissão designado como Relator o Vereador CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA. Colocado em discussão o Projeto , a pedido do Vereador CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA foi pedido vista do Projeto de Lei Complementar. Em seguida foi colocado em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei n. 2430/2022 de autoria do Poder Executivo com a ementa: **"Abre Crédito Especial no Orçamento do Município de Tijucas e dá outras providências" .** O Presidente da Comissão designado como Relator o Vereador Écio Hélio de Melo. Colocado em discussão o Parecer, obtendo aprovação favorável, por unanimidade, pelos Membros da Comissão .Em seguida foi colocado em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei n. 2429/2022 de autoria do Poder Executivo com a ementa: **"Altera dispositivo na Lei n° 2090, de 21 de dezembro de 2007, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a custear despesas e firmar compromissos para a realização do "casamentão popular tijuquense" e dá outras providências".** O Presidente da Comissão designado como Relator o Vereador Écio Hélio de Melo. Colocado em discussão o Parecer, foi pedido para incluir no Projeto

uma Emenda , pelos membros da comissão .Dando continuidade a reunião, foi colocado em discussão e votação o parecer do Projeto de Lei n. 001/2022 de autoria do Poder Legislativo com a ementa: "**Rua Jaime Adames".** Sendo o próprio Presidente Relator do Projeto. Colocado em discussão o Parecer, obtendo aprovação favorável, por unanimidade, pelos Membros da Comissão .

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a reunião ficando a próxima pendente de data em que serão repassados os Projetos às Comissões, e lavrada a presente Ata que, lida achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ORIGINAL ASSINADO.

CLAUDEMIR CORREIA
Presidente

CLÁUDIO EDUARDO DE SOUZA
Membro

ÉCIO HÉLIO DE MELO
Membro

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 8- 2.431/2022

De: Claudemir C. - CCJ

Para: CFOFF - COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Data: 25/04/2022 às 09:37:56

Segue o Projeto para a comissão....

–

Claudemir Correia
Vereador

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 9- 2.431/2022

De: Claudio O. - CFOFF

Para: CFOFF - COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Data: 03/05/2022 às 10:45:35

Segue em anexo memorial de convocação para reunião dia 05/05 as 9 horas.

_

Claudio de Oliveira
VEREADOR

Anexos:

MEMORANDO_CFOFF_03_05.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Claudio de Oliveira	03/05/2022 10:45:58	1Doc	CLAUDIO DE OLIVEIRA CPF 862.XXX.XXX-49
Mauricio Poli	03/05/2022 11:25:59	1Doc	MAURICIO POLI CPF 966.XXX.XXX-72
Ezequiel de Amorim	04/05/2022 08:39:16	1Doc	EZEQUIEL DE AMORIM CPF 025.XXX.XXX-63

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **DF67-6A16-DA45-CB51**

Memorando nº. 2022/CFOFF
Tijucas/SC, 03 de maio de 2022.

Senhores Vereadores
Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira – CFOFF
Câmara Municipal de Tijucas – SC

Assunto: Convocação dos Membros da Comissão para reunião.

Senhores Vereadores,

O Vereador Cláudio de Oliveira, Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira – CFOFF, convoca os membros para participar da reunião, no dia 05 de MAIO de 2022, no horário das 9h. A reunião será realizada de forma presencial para deliberação dos projetos pendentes.

Respeitosamente,

CLÁUDIO DE OLIVEIRA
Presidente Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira – CFOFF

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 10- 2.431/2022

De: Claudio O. - CFOFF

Para: GABEZEQ - GABINETE EZEQUIEL

Data: 04/05/2022 às 08:59:32

Encaminha-se o Projeto de Lei Nº 2431/2022 ao Vereador Ezequiel de Amorim para a Relatoria do mesmo.

Atenciosamente,

_

Claudio de Oliveira
VEREADOR

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Claudio de Oliveira	04/05/2022 08:59:45	1Doc	CLAUDIO DE OLIVEIRA CPF 862.XXX.XXX-49

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **CEC2-D3BC-B9DA-9701**

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 11- 2.431/2022

De: Ezequiel A. - CFOFF

Para: CFOFF - COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Data: 05/05/2022 às 11:22:33

Segue a ATA e Parecer da CFOFF.

–

Ezequiel de Amorim
Vereador

Anexos:

ATA_FINANCAS_05_05_2022.pdf
PARECER_2431_2022_financas.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Ezequiel de Amorim	05/05/2022 11:23:15	1Doc	EZEQUIEL DE AMORIM CPF 025.XXX.XXX-63
Mauricio Poli	05/05/2022 12:19:18	1Doc	MAURICIO POLI CPF 966.XXX.XXX-72
Claudio de Oliveira	06/05/2022 10:44:47	1Doc	CLAUDIO DE OLIVEIRA CPF 862.XXX.XXX-49

Para verificar as assinaturas, acesse **https://camaratijucas.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **354D-27A8-FE41-9B78**

CFOFF - COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA

Ata - 05/05/2022

Às nove horas do dia cinco do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se os Membros da COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, composta pelos Senhores Vereadores Cláudio de Oliveira, Ezequiel de Amorim e Maurício Poli (ausente), presidida pelo Senhor Presidente Cláudio de Oliveira, todos com o objetivo de discutir acerca dos Projetos pendentes, primeiramente o Projeto de Lei n. 2429/2022, de autoria do Poder Executivo, com a seguinte ementa: "**Altera dispositivo na Lei nº 2090, de 21 de dezembro de 2007, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a custear despesas e firmar compromissos para a realização do "casamentão popular tijuquense" e dá outras providências**". O Presidente da Comissão, designou a função de Relator ao Vereador Maurício Poli, colocou em discussão o Parecer ao Projeto de Lei n. 2429/2022, sendo aprovado por unanimidade pelos Membros da Comissão. Em seguida foi colocado em discussão e votação o parecer do Projeto de Lei n. 2431/2022, de autoria do Poder Executivo com a ementa*: "***Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA)"**. O Presidente da Comissão designou como Relator o Vereador Ezequiel de Amorim. Colocado em discussão o Parecer, obteve aprovação por unanimidade pelos Membros da Comissão. Dando continuidade a reunião, foi colocado em discussão e votação o parecer do Projeto de Lei n. 2435/2022, de autoria do Poder Executivo, com a ementa*: "***Altera a Lei nº 2409, de 20 de dezembro de 2011, que autoriza concessão de auxílio refeição para os servidores e empregados públicos, em efetivo exercício e conforme os dias trabalhados, do Município de Tijucas e dá outras providências".** O Presidente da Comissão designou como Relator o Vereador Cláudio de Oliveira. Colocado em discussão o Parecer, obteve aprovação por unanimidade pelos Membros da Comissão. Em seguida foi colocado em discussão e votação o parecer ao Projeto de Lei n. 2436/2022, de autoria do Poder Legislativo com a ementa*: "**Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Operação de Crédito junto à CEF – Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento e dá outras providências".** O Presidente da Comissão designado como Relator o Vereador Ezequiel de Amorim. Colocado em discussão o Parecer, obteve aprovação por unanimidade pelos Membros da Comissão. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a reunião ficando a próxima pendente de data em que serão repassados os Projetos às Comissões, e lavrada a presente Ata que, lida achada conforme vai assinada por todos os presentes.

Tijucas/SC, 05/05/2022.

ORIGINAL ASSINADO

CLÁUDIO DE OLIVEIRA
Presidente

EZEQUIEL DE AMORIM
Membro

MAURÍCIO POLI
Membro

Rua Coronel Büchelle, 181 – Centro – 88.200-000 – Tijucas – S.C.
Fone/Fax: 0xx48 326.3-0921
Email: secretaria@camaratijucas.sc.gov.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA - CFOFF

Cláudio de Oliveira – Presidente
Ezequiel de Amorim – Membro
Maurício Poli - Membro

Referência: Projeto de Lei Nº 2431/2022

Autor: Executivo – Prefeitura Municipal de Tijucas - Elói Mariano Rocha

Ementa: "*Autoriza concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA)".*

PARECER Nº /2022

CERTIFICA-SE para os devidos fins que no dia 04 de Maio de 2022, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, o Vereador Cláudio de Oliveira, designou o Vereador Ezequiel de Amorim como Relator do Projeto de Lei Nº 2431/2022.

De acordo com o artigo 111, do Regimento Interno desta Casa, passa-se a análise da proposição, conforme segue:

> *Art. 111 - O Parecer, por escrito constará de três partes:*
> *I – relatório, em que se fará exposição circunstanciada da matéria em exame;*
> *II – voto do relator, em termos objetivos com sua opinião sobre a conveniência da aprovação ou rejeição total ou parcial, da matéria, ou sobre a necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;*
> *III – parecer da comissão, com as conclusões desta e a indicações dos vereadores votantes com respetivos votos.*
> *§ 1º. O parecer à emenda poderá dispensar o relatório.*
> *§ 2º. O Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer escrito que não atenda às exigências deste artigo para o fim de ser devidamente redigido.*

I – RELATÓRIO

O Projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização para emissão de Parecer, em obediência ao disposto no art. 57 do Regimento Interno que preconiza:

> *Art. 57. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização compete opinar e emitir parecer sobre proposições referentes aos assuntos de caráter financeiro e especialmente sobre:*

> *I - Proposta orçamentária;*
> *II - prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara;*
> *III - proposições referentes à matéria tributária, abertura de crédito, empréstimo público, dívida pública e outras que, de forma direta ou indireta, alterem a despesa ou a receita Municipal,*
> *IV - proposições que fixem ou atualizem os vencimentos e salários dos Servidores Municipais, os subsídios e as verbas de representação do Prefeito, do Vice-Prefeito, da Presidência da Câmara e dos Vereadores, quando for o caso;*

A matéria em análise tramita nesta Casa por iniciativa da Prefeitura Municipal de Tijucas e dispõe sobre "Autorizar concessão de direito real de uso de bem imóvel municipal à Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas – Santa Catarina (AMA)".

A Lei Orgânica do nosso Município prevê que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local:

> *Art. 6º É assegurado a todo habitante do Município, nos termos das Constituições da República Federativa do Brasil, do Estado de Santa Catarina e desta Lei Orgânica, o direito à educação, à saúde, ao trabalho, ao usufruto dos bens culturais, à segurança, à proteção à maternidade, à infância, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e ao meio ambiente equilibrado, cabendo ao Município exercer no âmbito de seu território: (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 1/2011)*
> *I - legislar sobre assuntos de interesse local;*
> *XV - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;*

Ademais, está na Lei Orgânica de Tijucas: Art. 10. O Município preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública, conforme legislação federal. § 1º A concorrência poderá ser dispensada por lei, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público, a entidades assistenciais ou quando houver relevante interesse público devidamente justificado.

O Projeto foi lido no expediente e encaminhado ao Técnico Legislativo, que por sua vez, publicou no mural e no sistema da Câmara, distribuiu aos 13 vereadores e realizou buscas de matérias e Leis sobre o mesmo teor. Nesse aspecto, observada a importância da questão para desenvolvimento local, do ponto de vista das finanças públicas não observamos nenhum impedimento para que o Projeto não seja aprovado por essa Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Em face do supraexposto, não encontrando qualquer afronta aos princípios constitucionais e financeiros, o Parecer deste relator é pela apreciação e aprovação ao Projeto de Lei 2431/2022.

Sala das Comissões, 05 de Maio de 2022.

Ezequiel de Amorim
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO PROJETO DE LEI 2425/2022

Os membros dessa Comissão acompanham o mesmo pensamento do Relator, ou seja, o **parecer dessa Comissão é pela apreciação e aprovação ao Projeto de Lei do Executivo nº 2431/2022.**

CLÁUDIO DE OLIVEIRA
Presidente
( ) de acordo ( ) em desacordo
( ) abstenção

EZEQUIEL DE AMORIM
Membro
( )de acordo ( ) em desacordo
( )abstenção

MAURÍCIO POLI
Membro
( )de acordo ( ) em desacordo
( ) abstenção

Projeto de Lei Executivo Projeto de Lei Executivo - 12- 2.431/2022

De: Maickon S. - GABPRES

Para: SEC - SECRETARIA - A/C Ricardo V.

Data: 10/05/2022 às 07:31:51

Encaminha-se projeto aprovado em unica votação na sessão de 09/05/2022

–

Maickon Campos Sgrott
VEREADOR